

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.126 - SC (2019/0039124-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : R A P (PRESO)
ADVOGADO : SCHEROON CRISTINA DE MEDEIROS SANTOS - SC013356
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por R A P contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento do Habeas Corpus n. 4035297-30.2018.8.24.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o recorrente a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta em seu desfavor, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Afirma, ainda, que vem sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que o recorrente seja colocado em liberdade ou, subsidiariamente, aplicadas as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Com efeito, colhe-se do acórdão recorrido (e-STJ fls. 314-315):

"Inicialmente, conforme destacado quando da apreciação do pedido liminar, verifica-se que a tese de soltura calcada na ausência dos requisitos do "2 art. 312 do CPP, na possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas r o do encarceramento, aliados, ainda, à presunção de inocência e supostos bons predicados relacionados ao paciente, já foi objeto de apreciação no julgamento do Habeas Corpus n. 4031083-93.2018.8.24.000, de minha relatoria, in verbis:

HABEAS CORPUS - ROUBO CIRCUNSTANCIADO (CP, ART. 157, §2º, INCISO II e §2º-A, INCISO I) - PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA INDEFERIDO NA ORIGEM - EXISTÊNCIA DO CRIME E PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA MANUTENÇÃO DA É' ORDEM PÚBLICA (CPP, ART. 312) - PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO - AÇÃO ILÍCITA PERPETRADA CONTRA DUAS VÍTIMAS E DISTINTAS E SOB

AMEAÇAS MEDIANTE O USO DE ARMA DE FOGO - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP - BONS PREDICADOS - FATORES QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - HIPÓTESE RESSALVADA PELO PRÓPRIO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (CF, ART. 5º, LXI) - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE - ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus (Criminal) n. 4031083- 93_2018 8_24 0000, da Capital, j em 20-11-2018).

Registre-se, ademais, que desde o último julgamento colegiado, o datado de 20-11-2018, não houve mudanças significativas no quadro fático-processual suficientes para viabilizar eventual soltura do paciente, e os novos argumentos exigem amplo exame da prova, hipótese inviável em sede de habeas corpus, notadamente nesta fase.

À vista do exposto, o voto é no sentido de denegar a ordem."

Na presente hipótese, verifica-se da leitura do acórdão impugnado que as teses aventadas pelo recorrente não foram alvo de deliberação pela autoridade impetrada no aresto impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre os tópicos, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...) PRINCÍPIO DA BAGATELA. ATIPICIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURADO. SUSTENTAÇÃO ORAL. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...)

X - No que toca à incidência do princípio da bagatela, bem assim à atipicidade da conduta por ausência do elemento subjetivo do tipo, verifico que tais questões não foram apreciadas na instância de origem, "por demandar aprofundamento e análise da prova", ficando impedida esta Corte de proceder à respectiva análise, sob pena de indevida supressão de instância.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 93.603/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME PREVISTO NO ART. 89, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93. ORDEM NÃO CONHECIDA NA ORIGEM.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL, ATIPICIDADE DA CONDUTA E AUSÊNCIA DE BENEFÍCIO ECONÔMICO AO RECORRENTE COM A DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. *"Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte" (RHC n. 81.284/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 30/8/2017)" (AgRg no RHC 97.041/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 23/05/2018)*
Recurso ordinário em habeas corpus conhecido e desprovido.
(RHC 67.144/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)

Pelo exposto, **indefere-se liminarmente** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator